



**CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO
DE JAGUAQUARA E REGIÃO - 2021.**

Pelo presente instrumento particular firmam a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO**, de um lado, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JAGUAQUARA e MUNICÍPIOS DE BREJÕES, CRAVOLÂNDIA, ITAMARI, ITAQUARA, JAGUAQUARA, JQUIRICA, LAGE, MILAGRES, MUNIZ FERREIRA, MUTUIPE, NOVA IBIÁ, PRESIDENTE TANCREDO NEVES, SANTA INÊS, SANTA TEREZINHA, SANTO ESTEVÃO, SÃO MIGUEL DAS MATAS, TEOLÂNDIA, UBAÍRA, e WENCESLAU GUIMARÃES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ sob o número 03.364.501/0001-45 (categoria profissional), com sede no município de Jaguaquara, localizado Rua Rui Barbosa, Nº 39, Centro, neste ato representado por sua Diretora/Presidente - **CÉLIA MARIA REZENDE DÁTOLI**, brasileira, casada, comerciária, inscrita com o CPF nº: 244.051.835-20 e, do outro lado, o **SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ sob o número 15.246.044/0001-73 (categoria econômica), com sede na Rua Rodrigues Alves, nº 18, salas 101/104, bairro Comércio, Salvador/BA, neste ato representado por seu Diretor/Presidente - **PAULO SCHETTINI MOTTA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 024.977.945-53, por seus presidentes acima nominados, devidamente autorizados por suas assembleias, mediante as cláusulas adiante, sucessivamente, dispostas que mutuamente aceitam:

CLÁUSULA 1ª: ABRANGÊNCIA DA CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO.

Os efeitos da presente Convenção Coletiva do Trabalho recairão sobre os seguintes municípios: **Brejões, Cravolândia, Itamari, Itaquara, Jaguaquara, Jiquiricá, Milagres, Muniz Ferreira, Mutuípe, Nova Ibiá, Presidente Tancredo Neves, Santa Inês, Santa Terezinha, Santo Estevão, Teolândia, Ubaíra, e Wenceslau Guimarães.**

CLÁUSULA 2ª: DA DATA BASE/VIGÊNCIA.

Fica mantido como data base da categoria o dia **1º de janeiro de cada ano**, vigorando esta Convenção Coletiva do Trabalho de **1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.**

CLÁUSULA 3ª: REAJUSTE SALARIAL.

As empresas pagarão aos seus empregados que perceberem salário em valor acima do piso salarial previsto nesta Convenção Coletiva um **reajuste salarial no percentual de 4,01% (quatro virgula zero um por cento)**, sobre os salários praticados em janeiro de 2020, ficando autorizado ao empregador compensar todas as antecipações legais e espontâneas ocorridas no aludido espaço de tempo.

CLÁUSULA 4ª: PISO SALARIAL.

Paulo Schettini Motta

Célia Maria Rezende Dátoli



A partir de **01/01/2021**, fica garantido a todos os empregados do ramo do comércio um piso salarial nos seguintes valores:

A) R\$ 1.113,00 (hum mil e cento e treze reais) para todos os empregados, exceto os constantes na alínea “b”, abaixo.

B) R\$ 1.102,00 (hum mil e cento e dois reais) para os empregados que exerçam as funções de: “office boy”, faxineiro, carregador, copeiro, vigia, empacotador, entregador, servente e similar.

Parágrafo único: As diferenças salariais do mês de **Janeiro a maio** por venturas existentes deverão ser pagos em duas parcelas na folha de junho e julho do ano de 2021.

CLÁUSULA 5ª: PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS.

Os empregados participarão nos lucros de suas empresas empregadoras, na forma estabelecida na lei 13.467/17.

CLÁUSULA 6ª: TRIÊNIO.

As empresas pagarão mensalmente, a título de triênio, aos seus respectivos empregados, que possuírem 03(três) anos completos de serviço na mesma empresa, uma gratificação adicional no percentual de **3% (três por cento)** sobre o valor do piso salarial ou do salário base do empregado, caso este último seja mais vantajoso ao empregado.

Parágrafo Primeiro: A soma dos triênios percebidos pelos empregados beneficiados por este adicional não poderá extrapolar o valor correspondente a 02(dois) triênios no curso de uma mesma relação de emprego.

Parágrafo Segundo: O valor pago a título de triênio possui natureza salarial e, portanto, deve ser incorporado aos salários para todos os fins legais.

CLÁUSULA 7ª: QUEBRA DE CAIXA.

Parágrafo Primeiro: Ficam desobrigadas deste pagamento, as empresas que não descontarem de seus empregados às diferenças que ocorrerem no caixa, quando ultrapassarem o percentual de 10% (dez por cento).

Parágrafo Segundo: Os empregados que exercem a função de caixa ficam isentos de qualquer responsabilidade na hipótese de não presenciarem a conferência do numerário.

Parágrafo Terceiro: Os empregadores não promoverão desconto nos salários dos seus empregados das quantias correspondentes aos cheques por eles recebidos, sustados, sem



provisão de fundos, desde que observadas às normas da empresa.

CLÁUSULA 8ª: EMPREGADO COMISSIONISTA.

Os empregadores que pagarem comissão aos seus empregados obedecerão aos seguintes critérios:

- I) Anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social do percentual da comissão, bem como a base de incidência do respectivo percentual.
- II) As verbas rescisórias (aviso prévio, 13º salário, férias +1/3), serão apuradas pela média dos últimos oito meses de trabalho.
- III) O comissionado não é responsável pelo inadimplemento dos compradores nas vendas a prazo, não podendo haver qualquer desconto nas comissões, desde que o empregado tenha efetivado a venda, e atendidas às regras da empresa.
- IV) O empregado remunerado por comissão terá garantido a percepção, em cada mês, de remuneração mínima equivalente ao maior piso salarial, previsto na cláusula quarta.
- V) O vendedor comissionado não está obrigado às tarefas de carga e descarga de mercadorias, nem na lavagem/limpeza das instalações do estabelecimento da empresa.
- VI) Os empregados que receberem salário fixo mais comissão terá (ão) seu(s) triênio(s) calculado(s) sobre o salário base. Para os empregados que receberem apenas por comissão o triênio será calculado levando em consideração o valor recebido no mês, observados os critérios e requisitos constantes nas cláusulas 4ª e 6ª da presente CCT.

CLÁUSULA 9ª: ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Fica assegurada a estabilidade provisória ou temporária nas condições e prazos seguinte salvo nas hipóteses de despedida por justa causa:

- I) **GESTANTE** – Desde a concepção até 90 (noventa) dias após o término da licença maternidade.
- II) **PRÉ – APOSENTADO** – Durante o 01 (um) ano que preceder a aposentadoria, seja ela por tempo de contribuição, por idade ou especial, independentemente do tempo de admissão na empresa.
- III) **ACIDENTADOS** – Desde a ocorrência do acidente do trabalho até 01 (um) ano após a cessação do benefício de auxílio-doença acidentário (código 91), independentemente, da percepção do auxílio-acidente.
- IV) **RETORNO DE FÉRIAS** – Após o retorno do gozo das férias, por um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



V) **AUXÍLIO-DOENÇA**—Estabilidade de 90 (noventa) dias a contar a partir da cessação do auxílio-doença (Código 31), desde que possua 01 (um) ano de serviço na mesma empresa.

CLÁUSULA 10ª: UNIFORMES.

Os empregadores fornecerão todos os uniformes de trabalho que exigirem dos seus empregados, ficando obrigados a entregarem, no mínimo, 02 uniformes completos, a cada 06 meses de efetivo trabalho.

Parágrafo único: Quando a empresa exigir dos seus empregados o uso de determinado tipo de sapato, meias ou maquiagem serão da sua responsabilidade o fornecimento, sem que isso implique em qualquer tipo de ônus para o empregado.

CLÁUSULA 11ª: JORNADA DOS COMERCÍARIOS

A jornada legal de trabalho do comerciário nos municípios abrangidos por esta Convenção será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentas e vinte) horas mensais.

Parágrafo Primeiro - As horas extraordinárias laboradas serão remuneradas com adicional de **50%** sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Parágrafo Segundo - Os empregadores fornecerão gratuitamente aos empregados convocados para o trabalho extraordinário um lanche no valor de R\$ **10,00 (dez reais)**, acompanhado de uma pausa para degustação de no mínimo 20 minutos imediatos ao começo do labor extraordinário.

CLÁUSULA 12ª: EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado estudante, que comprove sua condição, gozará das seguintes prerrogativas:

I) A jornada de trabalho não poderá ser alterada se implicar em prejuízo ao comparecimento às aulas.

II) Atendidas as suas conveniências, as empresas tentarão coincidir o período de gozo das férias do empregado estudante com o período de férias escolares ou recesso da faculdade/universidade.

III) Serão consideradas justificadas, sem necessidade de compensação as faltas ao serviço do empregado em decorrência da sua participação em exames vestibulares ou ENEM, desde que comprove sua inscrição e comparecimento, bem como cientifique o empregador com antecedência mínima de 48 horas antes da realização das provas.

CLÁUSULA 13ª: HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

É devida a multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, em favor do empregado com qualquer tempo de serviço, pelas empresas que, mesmo tendo efetuado o pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, através de depósito em conta, por ser esse procedimento, requisito essencial para a liberação dos depósitos do FGTS e requerimento do SeguroDesemprego.

Parágrafo Único: No ato de quitação da Rescisão do Contrato de Trabalho, o empregador fica obrigado a apresentar além da carta de preposição, os seguintes documentos: Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (em conformidade com a NR 07); Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP (Fica obrigada a apresentação do PPP as empresas que possuam em seu quadro de funcionários empregados que laborem expostos a agentes nocivos à sua saúde); Carta de referência; Extrato Analítico de Conta Vinculada do FGTS; comprovante do recolhimento da multa rescisória do FGTS e demonstrativo.

CLÁUSULA 14ª: ASSISTÊNCIA NA RESCISÃO CONTRATUAL.

As rescisões de contrato de trabalho, para os trabalhadores que contêm mais de 01 (um) ano de serviço na empresa, poderão, mediante solicitação, homologadas perante uma Comissão de Homologação - CH composta por um representante do Sindicato dos Trabalhadores e por um representante do Sindicato Patronal, no endereço situado à Rua Rui Barbosa, nº 39, centro Jaguaquara-Ba; Secretarias dos Sindicatos Convenentes poderão orientar os interessados através dos telefones (73) 98856-7157 (Sindicato LABORAL) ou (Sindicato PATRONAL).

Parágrafo Primeiro - O ato da homologação ou quitação da rescisão do contrato de trabalho será precedido pelo NÚCLEO JURÍDICO DE ACORDO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS (NJAMC), que buscará conciliar, in loco, os possíveis conflitos referentes às verbas rescisórias;

Parágrafo Segundo – havendo consenso quanto ao integral pagamento das verbas rescisórias e nada mais havendo a ser quitado quando da homologação/quitação da rescisão do contrato de trabalho, o trabalhador, devidamente assistido pelo Sindicato Laboral, assinará Termo de Quitação Anual das obrigações trabalhistas, na forma do Art. 507, B, da CLT.

Parágrafo Terceiro – Para realizar a homologação/quitação das rescisões dos contratos de trabalho na forma desta Cláusula, as empresas deverão comprovar a quitação das obrigações devidas aos Sindicatos convenentes.

Parágrafo Quarto – Será cobrado uma taxa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para cada homologação, a qual será destinada à remuneração ao NÚCLEO JURÍDICO DE ACORDO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS (NJAMC).

Parágrafo Quinto - A Taxa referida no Parágrafo Quarto poderá ser paga previamente, bastando para tanto que a empresa solicite o boleto no e-mail secomjeradm@gmail.com para pagamento na rede bancária.

Assinatura

Assinatura



CLÁUSULA 15ª: CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL EM FAVOR DO SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DO ESTADO DA BAHIA - SINDILOJAS.

As taxas negociais facultativas, para o SINDILOJAS/BA serão as seguintes: Microempresas R\$ 100,00 (cem reais), empresas de pequeno porte R\$ 200,00 (duzentos reais) e demais empresas R\$ 300,00 (trezentos reais). O recolhimento será feito através de boleto ou depósito bancário ou através do site www.sindilojasbahia.com.br da taxa anual, o pagamento será feito até o dia 31 de Março de 2020.

CLÁUSULA 16ª: AVISO PRÉVIO/ CARTA DE REFERÊNCIA

O aviso prévio proporcional previsto na Lei 12.506/2011, com acréscimo de 3(três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, será sempre indenizado e jamais trabalhado.

Parágrafo primeiro: O empregado que durante o cumprimento do aviso prévio conseguir novo emprego será, automaticamente, desligado da empresa sem que este fato implique em qualquer ônus para o empregador quanto ao pagamento dos dias restantes, ficando esse mesmo direito assegurado aos empregados demissionários.

Parágrafo segundo: Durante o período do aviso prévio fica vedada a transferência do empregado do local de trabalho para outra filial, mesmo que essa transferência seja para o mesmo município.

Parágrafo terceiro: Fica assegurado para todos os empregados demissionários ou despedido sem justa causa, a expedição pelo empregador de carta de referência, a qual deverá ser entregue no ato do pagamento das verbas rescisórias.

CLÁUSULA 17ª: DOS FERIADOS.

Fica proibido o trabalho dos comerciantes nos seguintes feriados: 01/01/2021 (Confraternização Universal); Dia do Comerciante; 15/02/2021 terça feira do carnaval 16/02/2021 (sexta-feira da paixão); 02/04/2021 (Dia do Trabalhador) 01/05/2021; (Independência da Bahia) 02/07/2021; (Independência do Brasil) 07/09/2021; (Finados) 02/11/2021 (Proclamação da República) 15/11/2021 (Natal) 25/12/2021 e nos dias dos padroeiros e emancipação política dos respectivos municípios.

Parágrafo Primeiro: Em harmonia com o caput desta cláusula ficam as empresas do ramo de comércio autorizadas a funcionar nos seguintes feriados: 03/06/2021 (Corpus Christi); 12/10/2021 (Dia de Nossa Senhora Aparecida), sendo que a cidade de Mutuípe funcionará de 08:00hs as 12:00 hs no feriado 12/10/2021

Parágrafo Segundo: No caso de descumprimento do quanto estabelecido nesta cláusula, fica instituída uma multa no valor de R\$ 1.000,00(um mil reais) na primeira incidência e de R\$ 2.000,00(dois mil reais, em caso de reincidência).



CLÁUSULA 18ª: TRABALHO AOS DOMINGOS/FERIADOS.

Excepcionalmente, quando os trabalhadores laborarem aos domingos e feriados, os mesmos serão remunerados com o adicional de 100% sobre o valor da remuneração da hora normal ou folga compensatória do dia trabalhado.

CLÁUSULA 19ª: FILIAÇÃO/DIVULGAÇÃO.

Os representantes sindicais, devidamente identificados, ficam autorizados a comparecerem nas empresas empregadoras a fim de promover a filiação de novos sócios ao sindicato, divulgação das atividades da entidade e inspeção dos locais de trabalho dos empregados desde que comunique a empresa através de ofício ou carta com AR com antecedência mínima de 48 horas, desde que seja acordado com a empresa.

CLÁUSULA 20ª: DA ESTABILIDADE DO PERÍODO QUE ANTECEDE A DATA BASEDA CONVENÇÃO.

O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data de sua correção salarial, terá direito à indenização adicional equivalente a 01 (um) salário mensal, nos termos do art. 9º das Leis 6.708/79 e 7.238/84.

CLÁUSULA 21ª: CARTA AVISO.

O empregador ao despedir o empregado é obrigado a entregar uma carta-aviso onde deve especificar claramente se o aviso prévio será indenizado ou trabalhado, observado o quanto constante na cláusula 16ª.

CLÁUSULA 22ª: VÉSPERA DE NATAL E ANO NOVO.

Nos dias 24 e 31 de dezembro, véspera de Natal e Ano Novo, respectivamente, o comerciário trabalhará normalmente até as **18 (dezoito) horas, sendo que a hora excedente será remunerada à 70% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.**

CLÁUSULA 23ª: DIRIGENTES SINDICAIS / DELEGADOS SINDICAIS.

A empresa que tiver a partir de 10(dez) funcionários e no seu quadro funcional conter dirigente sindical ou delegado sindical, fica obrigada a liberá-lo para ficar à disposição do sindicato por 1 dia a cada mês, sem prejuízo dos salários e vantagens, um por empresa, ficando limitada a apenas um empregado por empresa.

Parágrafo Único: Fica assegurado a liberação de 01 (um) diretor sindical ou delegado sindical por empresa que tenha mais de 10 empregados, durante o exercício do mandato.



CLÁUSULA 24ª: SUBSTITUIÇÃO.

Em caso de substituição não eventual, mesmo na função ou cargo de confiança, o substituto passará a receber, a partir do primeiro dia, e enquanto durar a substituição, o mesmo salário do substituído.

CLÁUSULA 25ª: COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Todos os empregadores fornecerão mensalmente aos seus empregados comprovantes de pagamento (contracheque) onde deve indicar com clareza e de forma discriminada todos os valores pagos, assim como os descontos realizados, devendo o contracheque ser assinado pelo empregado.

CLÁUSULA 26ª: DESVIO DE FUNÇÃO.

É proibido o desvio de função do empregado para atividade diversa daquela que foi contratado. Toda empresa com mais de 40 (quarenta) empregados, fica obrigada a ter pessoal especializado para realizar a limpeza de loja.

Parágrafo único: A inobservância do *caput* desta cláusula implicará no pagamento do *plus* salarial, equivalente a 20% (vinte por cento) da remuneração do empregado, das horas trabalhadas.

CLÁUSULA 27ª: DOS DESCONTOS SALARIAIS.

É vedado o desconto no salário dos empregados, seja individualmente, ou de forma rateada, de prejuízos decorrentes das mercadorias eventualmente desaparecidas, roubado, furtado, trocado ou danificado por terceiros, salvo na hipótese de ficar devidamente comprovada a existência de dolo do empregado ou grupo de empregados gerando prejuízos para o empregador.

Parágrafo Único: As empresas ficam proibidas, ainda, de promover descontos nos salários dos seus empregados das quantias equivalentes aos cheques por eles recebidos e que tenham sido devolvidos pelos bancos, quer por falta de fundos ou por qualquer outro motivo, desde que, no recebimento destes títulos, o empregado tenha observado e respeitado as normas de segurança instituídas pelas empresas.

CLÁUSULA 28ª: PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS EM CURSOS, REUNIÕES E BALANÇOS DE LOJA.

Os cursos, reuniões e balanços de lojas, quando do comparecimento obrigatório, serão realizados durante a jornada de trabalho, ficando a critério da empresa o horário da realização.

Entretanto, caso a empresa solicite ou exija a participação do empregado fora da jornada normal, deverá a empresa pagar as horas extraordinárias com o adicional de 100% (cem

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

CLÁUSULA 29ª: COMISSÃO DE JUNHO/DEZEMBRO.

Fica assegurado que o percentual da comissão do mês de Junho e Dezembro não poderá ser inferior ao dos meses anteriores.

CLÁUSULA 30ª: COINCIDÊNCIA DE FÉRIAS.

Fica facultado ao empregado gozar suas férias no período coincidente ao do seu casamento, desde que comunique este fato à empresa com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA 31ª: INÍCIO DAS FÉRIAS.

O início das férias do comerciário não poderá coincidir com o dia de **sábado, domingo e/ou feriados**. As férias anuais que o empregado tem direito após 12 (doze) meses de labor, serão concedidas e pagas em no máximo 2(duas) vezes, caso haja concordância do empregado. É vedado o início das férias no período de 2(dois) dias que antecedem feriados ou dia de repouso remunerado ou folga programada.

CLÁUSULA 32ª: FALTAS JUSTIFICADAS.

Faltando ao trabalho os empregados e justificando através de atestado médico, ficam as empresas obrigadas a fornecer aviso de recebimento na cópia do referido atestado apresentado pelo empregado, os quais podem inclusive ser entregues por terceiros.

Parágrafo primeiro: Fica vedado, ainda, às empresas, descontar do empregado, o período constante no atestado referente ao atendimento médico propriamente dito, bem como aquele período necessário para o deslocamento de ida e volta do empregado até a unidade de saúde.

CLÁUSULA 33ª: SAÚDE OCUPACIONAL.

Ficam as empresas abrangidas por essa convenção obrigadas a cumprir integralmente o quanto disposto na NR-17, especialmente, no tocante a utilização das cadeiras **adequadas/ergonômicas** apropriadas para cada função, **e de todas as ferramentas disponíveis para prevenção da saúde do trabalhador**. Fica facultado, ainda, à empresa incentivar a prática de ginástica laboral.

Parágrafo Único: As empresas que obrigarem os seus empregados a cumprirem a jornada de trabalho em pé ficam obrigadas a permitirem o direito de permanecer sentado pelo período mínimo de 10 minutos a cada hora de trabalho.

CLÁUSULA 34ª: CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL - SINDICATO PROFISSIONAL.



DA INSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL EM FAVOR DO SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JAGUAQUARA - Fica INSTITUÍDA a Contribuição Assistencial do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Jaguaquara, Brejões, Cravolândia, Itamari, Itaquara, Jaguaquara, Jiquiriçá, Milagres, Muniz Ferreira, Mutuípe, Nova Ibiá, Presidente Tancredo Neves, Santa Inês, Santa Terezinha, Santo Estêvão, Teolândia, Ubaira, Wenceslau Guimarães, que será descontada dos empregados membros da categoria comerciária, não sindicalizados a título de Contribuição Assistencial, conforme prerrogativas conferidas aos Sindicatos pelo Artigo 513, alínea "E", da CLT (Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos: (...) e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas).

DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E EXPRESSA DOS MEMBROS DA CATEGORIA COMERCÍARIA PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO – Os valores a serem aplicadas para desconto da Contribuição Assistencial em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Jaguaquara, será em valor equivalente a **RS 20,00 (vinte reais)**, do Piso da Categoria disposto na Clausula 4ª desta Convenção Coletiva de Trabalho, nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, excepcionalmente, em razão do fechamento da Convenção Coletiva estar ocorrendo no mês de junho de 2021. Somente será permitido o desconto da Contribuição Assistencial aqui em questão após autorização prévia e expressa do empregado aprovada em **Assembléia Geral Extraordinária** conforme fora realizada nos dia 28/10/2020 de toda categoria comerciária, respeitando o que determina o Artigo 513, alínea "E", da CLT (Art 513. São prerrogativas dos sindicatos: (...) e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas), combinado com o artigo (611-B, inciso XXVI da Lei nº 13.467/2017 (Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: XXVI- liberdade de associação profissional ou sindical do trabalhador, inclusive o direito de não sofrer, sem sua expressa e previa anuência, qualquer cobrança ou desconto salarial estabelecida em convenção coletiva ou acordo coletivo).

ALÍNEA A: Neste ano de 2021, será devido o desconto nos meses de **junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro** deste mesmo ano, excepcionalmente, em razão do fechamento da Convenção Coletiva estar ocorrendo no mês de junho 2021.

Paragrafo Primeiro: DO COMERCÍARIO (A) ASSOCIADO (A) AO SINDICATO – A Contribuição Assistencial prevista no caput da Cláusula logo acima, não será devida pelo empregado associado ao Sindicato. Pois este, já paga mensalmente a Contribuição Associativa estatutariamente obrigatória.

Paragrafo Segundo: -DO RECOLHIMENTO - Os valores deverão ser recolhidos até o **dia 10 (dez)** do mês subsequente ao desconto, na **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, através de **formulário próprio fornecido pela Entidade beneficiária;**

Paragrafo Terceiro: DO REPASSE À FECOMBASE – Fica desde já pactuado que da Contribuição Assistencial aqui em questão será repassado 10% (Dez por cento), à **FECOMBASE**, Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado da Bahia;



Paragrafo Quarto: DO PRAZO PARA COMPROVAÇÃO DO DEPÓSITO - A empresa tem até **10 (Dez) dias** após a efetivação do depósito da Contribuição Assistencial (**dos empregados e patronal**) estabelecida nesta Convenção, para enviar aos **Sindicatos (Obreiro e Patronal)** cópia de comprovante **da quitação**, bem como a relação nominal dos empregados com os respectivos valores descontados e recolhidos.

Paragrafo Quinto: DA PENALIDADE POR DESCUMPRIMENTO – No caso de descumprimento do prazo estabelecido na Cláusula logo acima, o valor será corrigido com uma penalidade diária de **10% (dez por cento)**, sem prejuízo da multa geral prevista nesta Convenção.

Paragrafo sexto: DA CONDICIONALIDADE - Em caso de qualquer demanda judicial que, através de sentença transitada em julgado, reconheça como procedente o pedido de devolução de descontos efetuados nos salários referentes a contribuição assistencial, instituída por força do quanto previsto nesta Convenção Coletiva, o ônus de tal indenização será de exclusiva responsabilidade do (SECOMJER), visto o empregador ser apenas mero repassador dos recursos oriundos da Contribuição Assistencial aqui convencionada.

CLÁUSULA 35ª: DA ASSINATURA DA CARTEIRA DE TRABALHO

Todas as empresas ficam obrigadas, no ato de admissão, a assinarem a Carteira de Trabalho do empregado admitido, mesmo nos contratos de experiência, devendo nela conter os dados da empresa, a data de admissão, a função e o piso salarial e/ou remuneração, nos termos do art. 29 da CLT, não sendo admitido dentro da empresa o trabalho de prestadores de serviços ou terceirizadas sem a CTPS assinada e o percebimentomínimo do piso salarial (alínea “a” da cláusula 4ª) pactuado nessa convenção coletiva.

CLÁUSULA 36ª: DIA DO COMERCIÁRIO.

O dia do comerciário será comemorado na segunda-feira de carnaval (15/02/2021), data em que todos os empregados que trabalham no comércio não trabalharão, sendo considerado dia de repouso remunerado.

CLÁUSULA 37ª: SEGURO DE VIDA.

As empresas deverão fazer em favor de seus empregados um seguro de vida em grupo, ficando ressalvadas as empresas que já possuem seguros dessa natureza em vigor, sendo responsáveis por seu pagamento, tendo como beneficiário aquele legalmente identificado junto ao INSS. Deverão ser observadas as seguintes coberturas mínimas:

R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) Morte: Garante ao(s) beneficiário(s) o pagamento do capital segurado contratado em caso de morte do segurado, por causa natural ou acidental devidamente coberta, respeitadas todas as cláusulas e condições deste seguro;

a) R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) IPA: Invalidez Permanente Total ou Parcial por acidente: Garante o pagamento de indenização ao segurado, nas hipóteses e nos graus estabelecidos na tabela que integra as condições do seguro, proporcional ao valor do capital segurado contratado para esta cobertura, caso haja a perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física insuscetível de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, causada por acidente pessoal devidamente coberto nos termos deste contrato de seguro;

b) R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) CBA Cesta Básica: No caso de morte do segurado



principal, decorrente de evento coberto, será pago ao Beneficiário o valor referente a cesta básica contratada. Se existirem mais de um beneficiário designado, o valor será pago durante o período compreendido, para aquele que deter a maior participação na distribuição do capital pleo segurado. Caso a participação na idenização for igual entre si, será rateado o valor acordado em moeda corrente no país;

- c) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) Assistência Funeral Titular (Morte natural ou acidental): Garante, em caso de morte do segurado, a prestação de serviços de assistência funeral ou o reembolso das despesas realizadas com o seu funeral, até o valor do capital contratado.
- d) **A Seguradora indicada pelo SECOMJER para a contratação do Seguro será a Porto Seguros Cia de Seguros Gerais, com contratação exclusiva através da Corretora Meire Nalva Neris dos Santos.**

IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO NA EMPRESA: PRÊMIO MÍNIMO – O prêmio mínimo mensal será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais). O seguro terá custo conforme a programação de pagamentos da empresa, sendo Prêmio Individual de R\$ 3,57 (três reais e cinquenta e sete centavos) e R\$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos) mensal. As empresas que optarem por boleto anual, poderá dividir o valor total em até 4(quatro) parcelas, sendo que o valor mínimo de cada parcela será de R\$35,00 (trinta e cinco reais).

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA: Proposta Seguro de Vida assinada pelo responsável, Contrato Social, Cópia RG responsável, Relação de funcionários com nome, CPF e data de nascimento, GFIP atualizada; as empresas terão um prazo de 30 dias úteis a partir da assinatura desta CCT para enviarem a documentação obrigatória para a implantação do seguro, para o Sindicato, através do e-mail sindcomjaguaruara@gmail.com

CLÁUSULA 38ª – DA RENÚNCIA ESTABILIDADE.

A renúncia de qualquer tipo de estabilidade pelo empregado fica condicionada a anuência do sindicato de classe profissional.

CLÁUSULA 39ª: COMPENSAÇÃO DE HORAS EXTRAS.

Fica facultado o direito da compensação das horas extras em folgas, mediante acordo e autorização dos empregados, limitando no máximo de 02(duas) horas diárias. Ficará também facultado ao empregado escolher o dia da referida folga, desde quando haja concordância com a empresa.

CLÁUSULA 40ª: PLANO ODONTOLÓGICO ODONTO SA.

Ficam as empresas obrigadas a fechar convênios Odontológicos, desde que autorizado pelo empregado, sendo indicado pela entidade sindical o SECOMJER, respeitando as normas da ANS (Agencia Nacional de (Saúde), e tendo em vista em fazer uma cotação de um plano acessível e de menor valor para os trabalhadores da empresa). A operadora escolhida pelo sindicato é a ODONTO S.A.

Parágrafo Primeiro: Os trabalhadores que aderirem ao plano pagarão 100% do plano odontológico e o valor integral dos seus dependentes.

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores filiados/associados ao sindicato dos empregados de Jaguaruara e região, terão direito ao valor do plano odontológico com descontos diferenciados dos trabalhadores que não são filiados/associados.



Parágrafo Terceiro: Garantir cobertura nos municípios do estado da Bahia onde houver associados adimplentes e ativos, e garantir os procedimentos de urgência e emergência em território nacional através do sistema de reembolso, de acordo com cláusulas contratuais próprias da operadora do plano e considerando a legislação e as coberturas constantes no rol mínimo da ANS.

Parágrafo Quarto: Ficam acordadas as partes que todas as empresas abrangidas no presente instrumento coletivas deverão encaminhar ao sindicato conveniente, no prazo de 10 (dez) dias, as seguintes documentações: contrato social, CNH ou RG do proprietário, cartão CNPJ; para confecção do termo **ADITIVO' MINUTA DO CONTRATO** para conhecimento e desconto em folha do funcionário que aderir o plano.

Parágrafo Quinto: Fica a empresa acordado a informar ao Sindicato a demissão do funcionário em Rescisão Contratual para que o mesmo informe a operadora do plano o cancelamento, para que não haja cobranças futuras.

CLÁUSULA 41ª: DO AUXÍLIO TRANSPORTE ou ALIMENTAÇÃO

Todas as empresas de redes com mais de 100 (cem) funcionários, ficam obrigadas a concederem um auxílio-transporte diário para almoço/alimentação no valor de R\$ 10,00 (dez reais) a serem pagos mensalmente, semanalmente ou diariamente sendo que os referidos valores pagos devam constar nos contracheques, ficando, desde já, estabelecido que a referida verba tenha natureza indenizatória e não salarial razão pela qual não há incidência de qualquer tributo.

CLÁUSULA 42ª: DA MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE

Assegura-se o direito à manutenção do plano de saúde ou de assistência médica, para as empresas que já possuam planos ou venham a contratar, oferecida pela Empresa aos empregados desligados ou mesmo na hipótese do contrato de trabalho está suspenso, assim como aposentado por invalidez.

Parágrafo único: Havendo o funcionário desligado optado pela permanência do plano de saúde ou de assistência médica, este deverá arcar com a quota-parte da empresa.

CLÁUSULA 43ª: MULTA NORMATIVA.

O descumprimento de qualquer cláusula instituída nesta Convenção Coletiva do Trabalho implicará na incidência de multa no valor de R\$ 1.113,00 (hum mil e cento e treze reais) na primeira incidência e de R\$ 2.226,00 (dois mil duzentos e vinte e seis reais) para a hipótese de reincidência.

Parágrafo único: A multa acima instituída se reverterá em favor do Sindicato profissional.

CLÁUSULA 44ª: NEGOCIAÇÃO DE NOVAS VANTAGENS.

[Handwritten signatures and scribbles]



Durante a vigência desta Convenção Coletiva do Trabalho poderão os Sindicatos negociar novas vantagens de natureza econômicas ou sociais para os empregados, mediante aditamento a presente Convenção ou de forma específica, entre sindicato e empresa, através de Acordo Coletivo, desde que consultadas as assembleias.

CLÁUSULA 45ª: UTILIZAÇÃO DE TELEFONE PARTICULAR PELO EMPREGADO

A utilização do telefone particular pelos empregados, durante a jornada de trabalho diário, só será permitida respeitando as normas internas da empresa para este fim.

Parágrafo Único: As empresas indicarão/disponibilizaram um telefone para receber ligações com recados da família do empregado, quando for necessário passar informação urgente para eles, ficando a empresa obrigada a notificar/cientificar o funcionário, colhendo sua assinatura.

E por estarem de pleno acordo assinam o presente Instrumento Normativo em 03 (três) vias de igual teor, acompanhados dos respectivos advogados e de 04 (quatro) testemunhas, para que possa produzir os jurídicos e legais efeitos almejados.

CLÁUSULA 46ª DO BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

Parágrafo Primeiro – A prestação do plano Benefício Social Familiar iniciará a partir de 01/08/2021 e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientacao.

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e com expresse consentimento das entidades convenentes, as empresas, recolherão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando a partir de 10/08/2021, o valor total de R\$28,00 (vinte e oito reais), por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiosocial.com.br. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório. O custeio do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

Parágrafo Quinto – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das



entidades, respondendo o empregador, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

Parágrafo Sexto – Os valores porventura não contribuídos pelo empregador serão devidos e passíveis de cobrança judicial e/ou extrajudicial, acrescidos de multa, juros e demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

Parágrafo Décimo – Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade do benefício a ser disponibilizado e deverá ser rigorosamente observado, devido ser caráter social, emergencial e de natureza alimentícia. A íntegra do Manual de Orientação e Regras que regem a prestação dos benefícios estará registrado em cartório e disponível no website da gestora.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA EMPREGADORES, TRABALHADORES E ENTIDADES.

BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES			
BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 700,00	SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, COM O INTUITO DE BANCARIZAR A FAMÍLIA DO BENEFICIÁRIO, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS E FACILITANDO A UTILIZAÇÃO DESTES BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE	1X	R\$ 200,00	SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR.



BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 2.000,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INTERESSE DO BENEFICIÁRIO, PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TAL VALOR SERÁ ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO ORGÃO DE CAPACITAÇÃO ESCOLHIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM CASO DE SALDO, ESTE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO.
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	6X	R\$ 800,00	SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER USADO POSTERIORMENTE PELO TRABALHADOR, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS. TAL BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DO MESMO.
BENEFÍCIO ALIMENTAR	6X	R\$ 200,00	SERÁ ENCAMINHADO À RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA, ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE, FICANDO VEDADO O PAGAMENTO EM DINHEIRO OU VALES/ TICKET ALIMENTAÇÃO, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DESTES BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$ 3.500,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDENCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.

BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS.
BENEFÍCIO PSICOSSOCIAL E NUTRICIONAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, SOCIAL E NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO
CONSULTA MÉDICA ONLINE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS TRABALHADORES E FAMILIARES APLICATIVOS REGULAMENTADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM O OBJETIVO DE OFERECER CONSULTAS MÉDICAS ONLINE COM UM CLÍNICO GERAL SEM CUSTO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL E DESBUROCRATIZADO.

BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS		
BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIÇÃO
BENEFÍCIO REEMBOLSO RESCISÃO	1X R\$ 2.000,00	EM CASO DE FALECIMENTO OU INVALIDEZ PERMANENTE PARA O TRABALHO, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	ASSESSORIA MENSAL SEM UNIDADE MÓVEL	<p>ficará disponível às empresas, rede credenciada de clínicas e laboratórios para a obtenção de exames clínicos sem nenhum custo, como, o PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL) PARA A MATRIZ E SEDE DA EMPRESA, E EXAMES CLÍNICOS (ASO – EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS, PERIÓDICOS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO); RELATÓRIO ANUAL MODELO E-SOCIAL; SUORTE JURÍDICO PARA ELABORAÇÃO DE QUESITOS TÉCNICOS EM CASO DE RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS; ALÉM DO ARQUIVAMENTO E COORDENAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E CLÍNICA IMPRESSA OU DIGITAL POR 20 (VINTE) ANOS, BEM COMO, CONCEDENDO DESCONTOS SIGNIFICATIVOS NAS DESPESAS COM EXAMES COMPLEMENTARES, COMO, HEMOGRAMA COMPLETO, ELETROENCEFALOGRAMA, ELETROCARDIOGRAMA, AUDIOMETRIA, ACUIDADE VISUAL, ESPIROMETRIA, PPR, LTCAT, E DEMAIS LAUDOS TÉCNICOS EXIGIDOS PELAS NORMAS REGULAMENTADORAS DO M.T.E. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO), ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE GESTÃO ON-LINE, ACESSO À REDE NACIONAL DE CLÍNICAS E LABORATÓRIOS CREDENCIADOS.</p>
BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE, PARA INSERÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS, TAIS VAGAS SERÃO DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO.
BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES, COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS.
BENEFÍCIO TRIAGEM DE ATESTADO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES, TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL PAGO PELAS ENTIDADES	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS EMPREGADORES CERTIFICADOS DIGITAIS SEM CUSTOS, PROPORCIONANDO ECONOMIA E COMODIDADE DEVIDO A POSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO EM DOMICÍLIO.

BENEFÍCIOS PARA AS ENTIDADES		
BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO QUALIFICAÇÃO	SIM	TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SEGMENTO, ATRAVÉS DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES GERIDOS PELAS ENTIDADES.
BENEFÍCIO GESTÃO E COBRANÇA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE DE COBRANÇA E GESTÃO PARA ACOMPANHAR O FIEL CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA
BENEFÍCIO CONECTA ENTIDADES	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS ENTIDADES POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO DONATIVO	SIM	TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR O FORNECIMENTO DE ALIMENTOS, SERVIÇOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELAS ENTIDADES EM PROL DO SEGMENTO.
BENEFÍCIO MAPEAMENTO DE BASE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS ENTIDADES UM SISTEMA ON-LINE QUE PERMITIRÁ VISUALIZAR E MAPEAR AS EMPRESAS DO SEGMENTO ATRAVÉS DO SISTEMA DE GPS, VISANDO COMPARAR A QUANTIDADE DE EMPRESAS DO SEGMENTO COM SUAS EMPRESAS ASSOCIADAS.

Dupatto

[Handwritten signature]



BENEFÍCIO SUPERVISÃO DE CCT	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA QUE AS ENTIDADES POSSAM SUPERVISIONAR O CORRETO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA, COM A OBTENÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES.
BENEFÍCIO CERTIFICADO DE REGULARIDADE SINDICAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA QUE AS ENTIDADES POSSAM CENTRALIZAR O RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS DE REGULARIDADE SINDICAL.
BENEFÍCIO APOIO JURÍDICO	SIM	TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR E QUALIFICAR O CORPO JURÍDICO DAS ENTIDADES.
BENEFÍCIO PROGRAMAS SOCIAIS	SIM	TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR FORMAS PARA QUE A ENTIDADE POSSA PROPORCIONAR UM MELHOR CONVÍVIO SOCIAL AOS SEUS REPRESENTADOS.
BENEFÍCIO AJUDA DE CUSTO AOS CONTADORES	SIM	TEM COMO OBJETIVO REMUNERAR AS EMPRESAS CONTÁBEIS PELO TEMPO E MATERIAIS UTILIZADOS PARA O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (ENTIDADE)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.

Jaguaquara/BA, 01 de junho de 2021.

Célia Maria Rezende Dátoli
Presidente do SECOMJER.

Paulo Schettini Motta
Presidente do SINDILOJAS.

Cristovão Santos Andrade
Delegado Distrital do SINDILOJAS/BA